

**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**GABINETE DO VEREADOR ZEQUINHA ARAUJO**  
**Rua Belém, 139 – Embratel – Cep. 76.820-734 – fone: (69) 3217-8029**

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2017

**PROTOCOLO**  
Divisão das Comissões  
Proj. de Lei nº 3535/2017  
Proj. de Lei Comp. nº \_\_\_\_\_  
Resolução \_\_\_\_\_  
Decreto Legislativo \_\_\_\_\_  
Emenda \_\_\_\_\_  
Data 12 05 17 Horário 11:40hs

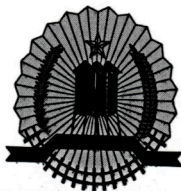
**"Dispõe sobre o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – FMDPD no Município de Porto Velho e adota outras providências."**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso IV, do art. 87 da lei orgânica do Município de Porto Velho:

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art.1º** Fica instituído o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - FMDPD, instrumento de natureza contábil, tendo por finalidade a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados a proporcionar o devido suporte financeiro na implantação a manutenção e no desenvolvimento de programas, projetos e ações voltados á pessoa com deficiência no Município de Porto Velho, visando sua inclusão plena a sociedade.

**Art.2º** - O Fundo Municipal dos Direito da Pessoa com Deficiência- FMDPD Será gerenciado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e da família-SEMASF, a que se vincula o Conselho Municipal dos Direito da Pessoa com Deficiência, sendo de competência desta a deliberação sobre a aplicação de recursos em programas, projetos e ações voltados á pessoa com deficiência.



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**GABINETE DO VEREADOR ZEQUINHA ARAUJO**  
**Rua Belém, 139 – Embratel – Cep. 76.820-734 – fone: (69) 3217-8029**

**Art.3º** - Constituem fontes de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – FMDPD.

I - As transferência e repasses da União, do Estado, do Município, por seus órgão e entidades da administração direta e indireta, bem como de seus Fundos;

II - Dotações orçamentárias consignadas anualmente no orçamento geral do Município e recursos adicionados que a lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

III - Doações auxílios, legados, contribuições, valores, bem móveis e imóveis subvenções e transferência que venha a receber de pessoas físicas ou jurídicas, de organismos publico ou privados, de organizações governamentais ou não governamentais, sejam nacionais ou internacionais;

IV - As parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal dos Direito da Pessoa com Deficiência – FMDPD terá direito de receber por força da lei e de convênios no setor;

V - Recursos de convênio firmados com outras, entidades financiadora, nacionais ou internacionais,

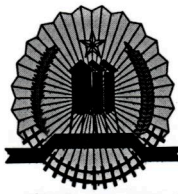
VI - Recursos provenientes de multas de Leis de infrações que contrariem o direito das pessoas com deficiência, onde suas transferências serão regulamentadas através de legislação do executivo.

VII - Demais receitas que venham a ser legalmente instruídas.

**§1º**-Os recursos que compõem o Fundo serão depositados em conta especial, a ser operacionalizada, controlada e contabilizada sob a denominação Fundo Municipal dos Direito da Pessoa com Deficiência – FMDPD”, obedecidas as normas da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para movimentação dos recursos financeiros do Fundo, e a destinação será deliberada por meio de atividades, projetos e programas aprovados pelo Conselho Municipal de Direitos das Pessoas com Deficiência, sem isentar a administração Municipal de previsão e provisão de recursos necessários para as ações destinadas á pessoa com deficiência, conforme a legislação pátria.

**§2º** -Os recursos de reponsabilidade do Município de Porto velho, destinados ao Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência- FMDPD serão programados de acordo com a Lei Orçamentária do respectivo exercício financeiro, para promover ações de proteção e promoção da pessoa com deficiência, conforme regulamentação desta Lei.





**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**GABINETE DO VEREADOR ZEQUINHA ARAUJO**  
**Rua Belém, 139 – Embratel – Cep. 76.820-734 – fone: (69) 3217-8029**

**Art. 4º** - Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - FMDPD serão aplicados em:

I - Pagamento pela prestação de serviços a entidades do segmento das pessoas com deficiência, legalmente construídas, de direito público ou privado, que sejam conveniadas no CONSELHO para execução de programa e projetos específicos dirigidos à pessoa com deficiência;

II - Aquisição de material permanente e de consumo, bem como de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas e projetos que venham a atender as políticas do Município de Porto Velho, voltadas as pessoas com deficiência;

III - Construção, reforma ampliação, aquisição, ou locação de imóveis para prestação de serviço voltados ao atendimento da pessoa deficiência;

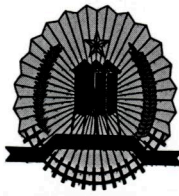
IV - Aquisição ou locação de veículos a serem utilizados pelo Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, na execução das ações inerentes ao Conselho;

V - Aquisição de passagens e pagamento de diárias para que os membros do Conselho possam participar de cursos seminários, congressos, e demais eventos relacionados à temática da pessoa com deficiência;

VI - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações voltadas para atendimento da pessoa com deficiência;

VII - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos em áreas essenciais que tenham objetivos exclusivos de atenderem às necessidades da pessoa com deficiência;

**Art.5º** A Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família- SEMASF prestará contas mensalmente, ao Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, sobre o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência -FMDPD, e dará vistas e prestará informações quando for solicitado pelo Conselho.



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**GABINETE DO VEREADOR ZEQUINHA ARAUJO**  
**Rua Belém, 139 – Embratel – Cep. 76.820-734 – fone: (69) 3217-8029**

**Art. 6º** O Fundo será administrado por uma equipe formada por; Presidente e mais 2 (dois) membros do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência (CMDPD) e 2 (dois) membro indicados pelo Executivo Municipal;

**Parágrafo único.** O Presidente será aclamado pelo Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência (CMDPD), com o Mandato igual ao da Administração.

**Art.7º** Cabe ao Conselho, em relação á gestão do Fundo.

**I** - a definição de diretrizes e prioridades d aplicação dos recursos do Fundo;

**II** - a elaboração do orçamento anual de custeio e de investimentos com base nas projeções de arrecadação de recursos do Fundo;

**III** - o estabelecimento de critério para análise e aprovação de projetos e sistemas de controle e avaliação dos resultados das aplicações realizadas com recursos do Fundo.

**Parágrafo único.** Os recursos disponíveis e os repasses ás entidades e associações serão feitos mediante apresentação de projetos, avaliados e aprovados pelo Conselho.

**Art. 8º** - Todas as matérias pertinentes ao funcionamento do CONSELHO serão devidamente disciplinares pelo seu Regimento Interno.

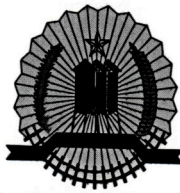
**Parágrafo Único.** O Regimento Interno e suas alterações serão aprovados pela plenária do Conselho com o mínimo de 2/3 (dois terço) dos membros presentes, Sendo homologado pelo Prefeito.

**Art. 9º** - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá mediante decreto, naquilo que couber, as normas referentes á organização e operacionalização do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

**Art. 10º** - Para o primeiro ano do exercício financeiro, o Chefe do Poder Executivo Municipal de Porto Velho, elaborará projeto de lei específico do Orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – FMDPD.

**Parágrafo Único-** A partir do exercício do primeiro ano financeiro, o Poder Executivo Municipal providenciará a inclusão das receitas e das despesas autorizadas por esta Lei, no Orçamento do Município.





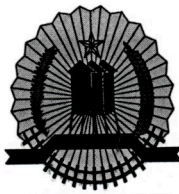
**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**GABINETE DO VEREADOR ZEQUINHA ARAUJO**  
Rua Belém, 139 – Embratel – Cep. 76.820-734 – fone: (69) 3217-8029

**Art. 11º-** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 12º -** Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões 11 de maio de 2017.

  
**JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO**  
**VEREADOR**



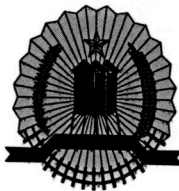
**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**GABINETE DO VEREADOR ZEQUINHA ARAUJO**  
**Rua Belém, 139 – Embratel – Cep. 76.820-734 – fone: (69) 3217-8029**

**JUSTIFICATIVA**

Apresentamos, aqui, um projeto de lei que trata da criação do Fundo Municipal dos Diretos da Pessoa com Deficiência – FMDPD para subsidiar o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, financiando benefícios, serviços, programas e projetos para a execução de políticas públicas no setor. A finalidade do FMDPD é a captação, repasse e aplicação de recursos destinados a proporcionar o devido suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de programas, projetos e ações voltados às pessoas com deficiência no âmbito do município de Porto Velho-RO. O FMDPD tem por objetivo suprir as políticas, programas e ações voltadas às pessoas com deficiência, assegurar recursos próprios ao Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência e possibilitar o recebimento de doações para subsidiar o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. O Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência é um importante instrumento de interlocução com o Poder Público, porque permite um controle democrático das ações governamentais e não governamentais desenvolvidas. O Conselho Municipal não consegue funcionar a contento sem os recursos suficientes para a realização de suas atividades. Por isso, existe a necessidade da criação do Fundo. Valendo mencionar que já existem várias verbas destinadas às pessoas com deficiência, das quais retornam ou são destinadas para outros projetos tendo em vista a falta da destinação específica, ou mesmo a ausência do referido Fundo por ora criado.

Destaca-se a relevância da atuação do Conselho Municipais da Pessoa com Deficiência, frente ao seu papel consultivo, deliberativo, formulador e controlador das políticas públicas e ações voltadas para as pessoas com deficiência no âmbito de um município, além das atribuições delineadas em lei.

Sem dúvida, Senhores Vereadores, a matéria deste Projeto de Lei é de suma importância, porquanto existem na comunidade muitas pessoas que sofrem de deficiências, sejam físicas, intelectuais ou sensoriais e através das iniciativas que serão tomadas pelo FMDPD as mesmas poderão ter uma convivência mais humana e muitas famílias que sofrem com problemas desta natureza serão aliviadas.



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**GABINETE DO VEREADOR ZEQUINHA ARAUJO**  
**Rua Belém, 139 – Embratel – Cep. 76.820-734 – fone: (69) 3217-8029**

Rogamos, pois, Senhores Vereadores uma atenção especial ao conteúdo deste Projeto de Lei, procurando analisar com cuidado todos os itens, para que tenham condições de apreciar e aprovar esta matéria.

Sala das sessões 11 de maio de 2017.

  
**JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO**  
**VEREADOR**